

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA
LEGISLATURA, EM 18-12-2019.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mendes Ribeiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/19, discutido por Adeli Sell e Engº Comassetto, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 166, 167, 240, 242 e 205/19, este discutido por Engº Comassetto, Cláudio Janta e Cassiá Carpes. Também, Aldacir Oliboni pronunciou-se em Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassio Trogildo, Engº Comassetto, Airto Ferronato e Prof. Alex Fraga. Durante a sessão, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo e Idenir Cecchim manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e dez minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro e Mônica Leal e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0256/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/19, de autoria do Ver. André Carús e do Ver. Prof. Alex Fraga, que inclui art. 22-A na Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014 – que institui o Código Municipal de Limpeza Urbana –, e alterações posteriores, condicionando a realização de grandes produções de eventos e festas populares, públicos ou privados, à aprovação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

PROC. Nº 0361/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga as Leis que especifica.

PROC. Nº 0362/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 167/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga as Leis que especifica, por revogação tácita ou por desuso no tempo.

PROC. Nº 0441/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 205/19, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que institui o Programa Dia sem Carne, destinado a alertar a população acerca dos riscos do consumo excessivo de carne, no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0554/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 240/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Fernanda Garay Rodrigues.

PROC. Nº 0558/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 242/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Pedrinho Arcides Guareschi.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Cidadãos, cidadãs, sei que nós já temos algumas pessoas que estão vindo para cá com outras demandas, afinal de contas os Parlamentos brasileiros são assim. Estamos chegando no final do ano, novos projetos de lei estão chegando, e além da questão das senhoras e senhores cobradores, sabemos também que começou um período de demissões, ou melhor, de largada de avisos prévios para os trabalhadores do IMESF. Esse é um debate que nós queremos fazer aqui, porque nós não podemos ficar sem ônibus, sem cobradores, sem motorista, sem segurança; não podemos ficar também sem postos de saúde, sem médicos, sem enfermeiros, sem atendentes. Aqui, agora, nos é dada a tarefa de debater a Pauta – para os senhores e as senhoras saberem, nós temos sempre, para cada projeto que entra aqui, duas sessões de pauta. Estão na 1ª sessão de Pauta um projeto, por exemplo, de dois vereadores, entre eles o Ver. Prof. Alex Fraga, que inclui o artigo nº 22-A na Lei Complementar, que institui o Código de Limpeza Urbana e faz algumas alterações

posteriores, e os colegas querem o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – esse é o tema de que eu quero tratar.

Quero perguntar, por exemplo, aos líderes do governo: por que sumiram os contêineres verdes do Centro Histórico de Porto Alegre? Pedem para a gente fazer separação de lixo; a gente faz um esforço, fizemos um processo de educação – eu mesmo produzi, do meu gabinete, porque a Prefeitura não tem folheto sobre separação de lixo, só divulgou o contêiner verde. Eu fiz um trabalho em várias ruas, rua por rua, pedindo para as pessoas separarem o lixo, agora sumiram – sumiram! Não bastassem os ataques que os projetos de lei do Executivo fazem. Primeiro, foram os guardadores de carro esses dias – lembram? Fizeram tábula rasa. Fizeram com que guardador de carro fosse sinônimo de flanelinha, ou seja, o guardador de carro fosse sinônimo de achacador – não, são coisas completamente diferentes! Agora vem a questão dos cobradores, mas eu quero dizer o seguinte: depois da discussão desse projeto, Ver. Alex, eu vou trazer, inclusive, dados sobre a questão do aumento da insegurança com a retirada dos cobradores. Vou trazer dados sobre a questão do assédio sexual, depois da retirada dos cobradores; vou trazer dados sobre a diminuição de passageiros, mas eu vou discutir esses temas quando vier o tema dos cobradores – eu usei essas questões só para exemplificar. Agora, volto a perguntar: como a Prefeitura nos abandona sobre a questão dos resíduos sólidos nas cidades? É por isso que eu apoio, Ver. Prof. Alex, a sua proposição. Eu gostaria, inclusive, que o senhor aproveitasse este tempo, enquanto a gente se prepara para o principal embate da tarde, e que pudéssemos, então, discutir o lixo da cidade, o gerenciamento dos resíduos sólidos. Muito obrigado. Estou com V. Exa., Ver. Prof. Alex Fraga, obrigado.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell.
O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Ver. Pablo Mendes Ribeiro, colegas vereadores, senhoras e senhores, colegas vereadoras. Dos projetos que estão dando entrada aqui para o debate, eu quero fazer referência a dois: um é o do Código Municipal de Limpeza Urbana, que o Ver. Alex, como já foi referenciado aqui, assina também, e o outro é o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, um projeto simples, mas que nos traz aqui para a reflexão, que é a criação do dia municipal sem carne no Município de Porto Alegre, o programa dia sem carne.

Queria dizer aos trabalhadores que estão aqui, do transporte público municipal, aos cobradores, que o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, se o prefeito municipal conseguir ter maioria aqui para demitir os cobradores, como está buscando, assim como começou a demissão hoje dos funcionários públicos do IMESF, estes trabalhadores, Ver. Janta, terão muitos dias sem carne, porque não terão dinheiro para colocar alimento na mesa das suas famílias. (Palmas.) Tivemos um aumento de quase 100% no preço da carne em função da política desastrosa do Bolsonaro de fazer a exportação de toda a produção brasileira de carne, que é o alimento e tradição da população brasileira. Quem não lembra o período de 2008, no governo Lula, quando

nós andamos pelas vilas, pelos bairros, aos domingos, e era aquela fumaça, todo mundo fazendo churrasco, e se sentia o cheiro do churrasco? Hoje, em função da alta no preço, não se consegue comprar esse alimento.

O Ver. Cassio Trogildo, que esteve agora há poucos dias na COP, na conferência mundial sobre o clima, sabe que um dos principais problemas que temos, e aí me refiro ao projeto do Código de Limpeza Urbana, pois são jogados hoje toneladas e toneladas de alimentos fora e, no lixo da cidade, quem ganha muito coloca mais de 50% da alimentação, como frutas, no lixo – isso é um desperdício da produção brasileira –, bem como a alimentação hoje, por decisão do Bolsonaro de liberar a importação dos venenos e dos agrotóxicos, saiu agora, nesta semana, uma análise feita nos alimentos de Porto Alegre, *in natura*, 23% deles estão envenenados, com índices acima do permitido, o que ataca a população e gera câncer. Convido aqueles que defendem o uso do veneno na agricultura para que vão ao Hospital de Clínicas visitar o setor de oncologia, o Servicâncer, para verificarem a quantidade que tem de pessoas câncer originado pelos agrotóxicos. Venenos na alimentação! Então a luta, na verdade, é uma só, ela não está separada aqui. E o lixo, Ver. Alex, virou uma indústria. Nós temos, na periferia – e aqui estão os cobradores de ônibus, que andam por tudo que é canto da cidade junto com os motoristas e sabem o que tem na cidade –, vamos pegar como exemplo a Vila Mariante, lá no Belém Velho, a Lomba do Pinheiro, no Extremo-Sul, tem depósito de lixos ali que são permanentes. A Prefeitura vai lá e retira e no outro dia, tem toneladas e toneladas. Isso é a falta de fiscalização na cidade de Porto Alegre e a liberação para que se paguem essas empresas para sempre retirar, retirar, retirar e retirar. Então o que falta...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): ...Obrigado, Presidente, eu concluo dizendo aqui que esses dois projetos, o do Código Municipal de Limpeza Urbana e o do dia municipal sem carne, que são uma reflexão, são para que todos nós possamos aqui refletir neste momento. Nós temos que lutar sempre para que haja a inclusão, garantir o trabalho com comida na mesa, evitar o desperdício, Ver. Oliboni, garantir os trabalhadores na saúde. E eu volto a dizer aqui: a Casa do povo tem que acolher todos. Nós não podemos aqui trabalhar a política da exclusão, já foram 2 mil guardadores de carro, 1.860 pessoas do IMESF e 360 cobradores. Não podemos permitir que essas famílias fiquem sem emprego. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores; Ver. Engº Comassetto, nós temos 65 milhões de pessoas, neste País, que estão fora do mercado de trabalho. Então, se for a questão de comer ou não comer carne, nós temos 65 milhões de pessoas que não estão preparadas sequer para comer arroz e feijão. Eu quero dizer para V. Exa. que muitas coisas já poderiam ser enfrentadas neste País e já falei isso nesta tribuna, mas a expectativa de terra arrasada para depois que surgiu o Messias é o que foi feito nos dois anos do governo Dilma. Então, se arrasa terra, não se reduz um segundo da jornada de trabalho, não se fazem os acordos que as centrais queriam para geração de emprego e renda, não se implementa a desindustrialização no País, e a terra fica arrasada e depois urge o Messias. Então muita gente vai ficar sem carne, e eu tenho certeza de que nós vamos continuar lutando e lutando muito para que as pessoas com deficiência, que as crianças, que os idosos possam contar com o segundo tripulante dentro do sistema de transporte de Porto Alegre. Nós sabemos muito bem que, se o governo tivesse a maioria, já teria colocado esse projeto em votação na semana passada, teria colocado esse projeto em votação nesta semana, teria colocado em votação hoje pela manhã, mas sabe que é um projeto que mexe com milhares e milhares de famílias, não só a dos 3,6 mil rodoviários que estão no sistema de transporte. Agora, o dia sem carne... qual carne? De gado, de porco, de ovelha, de cabrito, de peixe, de galinha? Qual carne? Nós somos os maiores produtores de carne do Brasil, a nossa é a capital de todos os gaúchos, e aí nós vamos aprovar o dia sem carne. Temos dificuldades de resolver coisas do dia a dia da vida das pessoas, como é o projeto nº 1, que ajuda na questão ambiental, ajuda na questão de conscientização do meio ambiente, para que nós não vejamos o nosso rio Guaíba, lago Guaíba, o riacho Ipiranga, o Gravataí completamente tomado de plásticos. Esse projeto fala disso.

Esta Casa já aprovou o projeto que trata da questão dos canudos, e, agora, encaminha um projeto que fala de toda a utilidade do plástico, prato, copo, talheres, todos as utilidades de plástico que são usadas na nossa cidade e que não têm o aproveitamento certo e correto, prejudicando o meio ambiente.

Agora, realmente, querer botar, no calendário da cidade de Porto Alegre, o dia sem carne, para alertar a população acerca dos riscos do consumo da carne... Eu acho que tem tanta coisa que temos que alertar a população sobre seus riscos, como os produtos transgênicos e seus riscos, como o álcool e seus riscos, como o fumo e seus riscos, como as pessoas andarem em carro em quilometragem absurda, e vários outros riscos que temos desde que saímos de casa, de manhã, até voltarmos aos nossos lares. Então, na capital de todos os gaúchos, dos maiores produtores e importadores de carne do Brasil, nós termos um dia sem a carne, realmente, esta Casa tem muito mais coisas para se preocupar, que mexem na vida das pessoas, do que combater uma proteína que está no frango, no porco, na ovelha, nos embutidos, no gado, ela está até na sardinha, na vida das pessoas da população de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

(A Ver. Mônica Leal assume a presidência.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PTB): Quero saudar a Ver.^a Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Eu fico impressionado! Eu vou ler o projeto para quem está em casa tentar entender: o Ver. Marcelo Sgarbossa instituiu o programa sem carne, destinado a alertar a população acerca de riscos de consumo excessivo de carne no Município de Porto Alegre. Aí o Ver. Eng^o Comassetto vem aqui e não falou nada disso! Tem que informar esses demagogos políticos que o Rio Grande do Sul é produtor de carne, um dos maiores produtores do País. O Comassetto disse aqui, mas ele não disse que o Lula quase quebrou o País, que o estado quase foi quebrado pelo PT, que o Município de Porto Alegre foi quase quebrado pelo PT. Isso ele não disse! E, se vocês são a favor, eu sou contra! E mudo o meu voto aqui em relação a vocês! Porque este País foi quebrado pelo PT! Esses vereadores demagogos, como o Comassetto... Por isso que não se elegem, são demagogos, que prometem mundos e fundos, o paraíso.

Ora, uma coisa é faltar carne, e não é o que é dito do projeto, mas fazer a população não comer um produto vital, essencial para os brasileiros e para o mundo? Produto que o nosso estado é produtor, e forte produtor! Isso é uma vergonha! E é esse tipo de político que luta contra o progresso do Rio Grande, que pensa primeiro na ideologia e não nas pessoas, não no progresso do País, torcem contra. Eu torço a favor de qualquer governo que seja honesto. Eles não fizeram o mea-culpa ainda, porque eles assaltaram o País. E se vocês aí, perdoem-me dizer, concordam com esses ladrões que passaram no Brasil, não podem estar comigo e eu não estou com vocês! Essa é verdade!

Portanto, o País tem que mudar! O Lula saiu da cadeia e ninguém vai mais atrás do Lula. Sumiu! Ninguém fala mais no Lula, porque ninguém é bobo – ninguém é bobo! Governo, para mim, seja municipal, estadual e federal que fracassa não tem ideologia! Fracassou! É ruim! Roubou! Assaltou! Quebrou! Essa é a pauta para que nós possamos chegar lá, mas eu não posso ouvir vereador demagogo que só vem aqui criticar e que não olha para trás para ver o passado da sua ideologia, e como era Porto Alegre, como eles deixaram Porto Alegre, como deixaram o Estado e como deixaram o País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa presidenta Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, saúdo todos os cobradores e cobradoras,

motoristas, cidadãos e cidadãs que estão aqui nesta tarde. O governo municipal priorizou alguns projetos que para nós não dialogam com o emprego, com o aquecimento do comércio no final de ano, com a dignidade das pessoas, com a inclusão das pessoas, porque, queira ou não, tanto ano passado, nos demais anos também, como neste, ele prioriza projetos que retiram direitos conquistados ao longo de uma vida e ao mesmo tempo precariza serviços que são públicos e de qualidade. Falo aqui em dois deles, o projeto em que o governo autoriza a demissão de 3.6 mil funcionários, trabalhadores, e do outro, que está priorizado para amanhã, de 1,84 mil servidores e trabalhadores da saúde, e mais especialmente do IMESF. Lamentavelmente, são mais de 5 mil empregos. Lamentavelmente, o governo, ao longo deste ano, e dos outros também, ele trabalhou em três lógicas: privatização, concessão e terceirização de serviços públicos, entregando para a iniciativa privada algo para ter lucro. Ou os senhores acham que uma empresa privada entra com uma concessão para perder recurso, para perder dinheiro? Claro que não! Não é por acaso que, na área da saúde, ele adote um sistema paulista, por isso quer trazer empresas paulistas, como aconteceu no passado com a Sollus, quando, depois de vários anos em que esteve aqui, acabou onerando os cofres públicos em mais de R\$ 11 milhões de desvio, tiveram que devolver, foram presos, e assim por diante. Será que é isso mesmo que a população quer, reduzir a qualidade e a quantidade dos serviços? Claro que não! Pois o governo prioriza esses projetos que nos deixam preocupadíssimos, à medida em que não dialoga com a cidade sobre qualidade de serviços. Eu poderia dizer de outras coisas, do abandono da cidade, a cidade toda esburacada, fala em projetos importantes para...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Aldacir Oliboni (PT), por favor, se detenha à Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):...para poder priorizar os grandes empresários. Então, nesse sentido, Nobre Presidente, eu queria dizer, terminando a minha fala, que os trabalhadores da saúde, ao receberem a cartinha de demissão ou do aviso prévio... Eles estão aqui na frente da Câmara, e, embora não seja priorizado hoje o projeto deles, eles precisam ter acesso ao interior da Câmara. Posso até imaginar que o plenário está lotado, mas por que não – inclusive V. Exa. deu acordo hoje pela manhã – que eles pudessem adentrar aqui na parte interna da Câmara e amanhã aqui no plenário. É nesse sentido que eu queria dizer da importância que este espaço público também é para os cidadãos e cidadãs para manifestarem a sua opinião, o seu gesto de indignação ou não. Então hoje à tarde estaremos votando com os senhores para poder operacionalizar de fato, ali naquele botão, a dignidade da manutenção dos empregos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente Mônica Leal, vereadores e vereadoras, como nós estamos em Pauta, e eu pedi esse tempo de liderança do PTB, no tempo de liderança o tema é livre, até para poder tratar um pouco, Ver. Aldacir Oliboni, sobre o tema que V. Exa. acabou de colocar aqui, que é a questão específica dos agentes comunitários de saúde. Esse projeto tranca a pauta a partir de amanhã, ele não está priorizado hoje, Ver. Cecchim, até porque não poderia, ele só completa os 45 dias do art. 95 da Lei Orgânica hoje, e passa a partir de amanhã a trancar a pauta. Infelizmente, eu não posso concordar com que V. Exa. pede à presidência da Casa, que libere as dependências da Casa para outras pessoas estarem aqui num dia em que nós já temos outros projetos importantes para votar, pois nós temos um plano de prevenção de incêndio nesta Casa que diz quantas pessoas cabem aqui nas galerias; pela segurança de quem está aqui, não posso concordar com V. Exa. que a presidência libere outras pessoas para estarem aqui nos corredores da Casa. Fazendo o quê? Esperando que os vereadores saiam do plenário para tratar de um projeto que vai ser tratado amanhã! Hoje nós estamos cuidando e nos preocupando com o projeto que vai ser votado hoje, que é o dos rodoviários. Sem maiores polêmicas, Ver. Aldacir Oliboni, e até entrando um pouquinho já no mérito, porque V. Exa. também colocou, os profissionais do IMESF, Ver. Mauro Pinheiro receberam o aviso prévio. O aviso prévio vai ser cancelado quando eles foram contratados emergencialmente, no contrato emergencial! O que V. Exa. propõe, em relação aos agentes comunitários de saúde, V. Exa. conhece bem o tema, se tem uma legislação nacional que diz que tem que ter concurso público e contratação direta pela Prefeitura, tem uma lei nacional que estabelece isso! Extinto o IMESF, não por vontade da administração e, sim, todos nós sabemos, por decisão judicial, depois de um longo período de tempo de tramitação, processo daqueles que ingressaram pela extinção do Instituto, qual alternativa? Não pode contratar de outra forma que não seja diretamente. É assim. Só que a contratação direta, celetista ou estatutária, tem que ter, se for celetista, uma seleção pública, e se for estatutária, concurso público. Então estamos criando uma polêmica de um projeto que ainda nem está pautado para a data de hoje. Mais uma vez, amanhã iremos abordar esse projeto; novamente, aqui, iremos tratar dele. Reforço novamente a condição de que não há como atender o pedido que o Ver. Aldacir Oliboni fez para que liberem os espaços da Casa para que os servidores do IMESF, interessados no projeto dos agentes comunitários de saúde, possam adentrar a Casa num dia em que já temos muitas pessoas aqui interessadas no projeto que será objeto nesta tarde. Obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, Ver.^a Mônica, creio que houve um mal-entendido pelo nobre Ver. Cassio. Nós havíamos feito um requerimento pela manhã para que esses trabalhadores pudessem estar na parte interna da Câmara, não necessariamente na parte do plenário. Houve, talvez, um mal-entendido, até porque o sol está quente lá na rua, não tem por que ficar na rua se nós temos um

espaço público vazio aqui dentro. Eles não vão entrar no plenário porque está sendo dada preferência ao projeto que estamos discutindo. Então, nesse aspecto, foi o meu requerimento. Quanto ao tema abordado pelo Ver. Cassio, eu tenho discordância de algumas posições dele, com exceção deste requerimento: deixar as pessoas entrarem na parte externa da Câmara, mas dentro da área da própria Câmara.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Parece que o Ver. Oliboni não ouviu o tempo que eu utilizei na tribuna. É lógico que eu não falei que eu não estava concordando sobre o plenário, até porque aqui nem cabe, não é? Eu entendi e disse que eu não concordava com a sua posição de que a Presidente liberasse os corredores da Câmara para ter pessoas hoje que não estão interessadas no tema que está sendo tratado nesta tarde. Então eu não sei qual é a dúvida que V. Exa. tem sobre a minha fala de cinco minutos na tribuna e do entendimento que eu tive. Eu não concordo que hoje à tarde a Presidente libere pessoas para estarem nos corredores, pessoas que não estejam relacionadas ao projeto que está sendo tratado nesta tarde. É esse o meu entendimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, só para deixar o Ver. Oliboni tranquilo, eu recebi a informação agora que, nos postos de saúde, onde esse pessoal poderia estar, há ar-condicionado para que eles não sofram com o calor.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereadores, eu informo os senhores que nós temos um protocolo de segurança, um PPCI, que nós temos possibilidades de acolher, neste plenário, 230 pessoas mais 110 pessoas no Plenário Ana Terra e que isso é respeitado de forma rigorosa para a segurança de todas as pessoas que estão aqui dentro. Então, eu peço a compreensão, por favor, nós não podemos, de forma nenhuma, descumprir o protocolo de segurança.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado. Ao cumprimentá-la, Presidente Mônica Leal, cumprimento cada colega vereador e vereadora como cada um dos trabalhadores e trabalhadoras que aqui estão e aqueles que nos assistem. Primeiro quero dividir a minha fala em dois momentos. Rapidamente, como eu fui citado aqui pelo Ver. Cassiá Carpes, gostaria só de dizer o seguinte: se votar a favor do povo de Porto Alegre como sempre votei, se votar na defesa dos trabalhadores como sempre votei, se votar na defesa da saúde pública como sempre votei, isso é ser demagogo? Eu sou demagogo, porque eu não me vendo por qualquer cargo para votar contra o funcionalismo. (Palmas.)

Dito isso, eu quero voltar a tratar do tema que já tratei de manhã aqui, do problema do acesso à Câmara. Hoje pela manhã, no acesso à Câmara, eu, como muitos outros vereadores, não pude usar o portão principal. Eu me neguei a entrar pela porta

dos fundos ou lateral, quero dizer que o vereador não pode ser barrado para entrar nesta Casa pelo portão principal. Isso, quando acontece, no meu ponto de vista, é um impedimento à democracia, é um impedimento à liberdade, aos direitos constitucionais. Eu cheguei e a primeira coisa que eu fiz foi falar com a Presidenta Mônica Leal. Ela me afirmou que tinha um equívoco no processo, que já tinha pedido para consertar. Eu acolho a palavra de quem respeito dirigindo esta Casa, a Ver.^a Mônica Leal, bem como, naquele momento, já estava a minha indignação instituída. Como sempre sou forte nas minhas posições, eu quero me dirigir à segurança da nossa Casa e à Guarda Municipal que lá estava. Neste meu momento de força e de indignação, se alguém se sentiu ofendido, eu quero publicamente pedir as minhas desculpas, não foi esse o objetivo. O objetivo principal é a questão da democracia, da constitucionalidade e do direito que os vereadores têm de ingressar nesta Casa. Eu queria registrar isso aos colegas vereadores. Entendo que todos os que querem adentrar esta Casa, dentro da sua capacidade, devem sempre ser acolhidos – esta é a Casa do Povo. Em nome da minha bancada, em meu nome, eu queria fazer este registro. Ver.^a Mônica, para mim, isso é um episódio, porque se repetiu na segunda-feira.

Quando nós saímos daqui, fui sair pelo portão principal e fui impedido pela segurança, que disse que não podia sair pelo portão principal. Eu me neguei a não sair pelo portão principal, tanto que lhe mandei mensagem. Então existe um ruído nesta comunicação que nós precisamos conjuntamente... Ouvindo a senhora e respeitando a sua palavra e a direção desta Casa, sou aliado para consertar esses ruídos, para não deixarmos acontecer o que acontece em outras casas, onde a Brigada, a polícia, a segurança agridem e não deixam entrar. O meu agradecimento a todos; e, novamente, a Guarda Municipal e a segurança, se viram um sentido de ofensa na minha pressão para entrar, peço desculpas, mas o direito de ir e vir entendo que é legítimo deste e de qualquer colega vereador ou vereadora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Comassetto, é sempre muito importante que a gente reconheça quando os ânimos estão alterados, e pedir desculpas faz bem para alma da gente, principalmente.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica; senhoras e senhores vereadores, vou tratar de um assunto, que eu venho tratando aqui praticamente toda semana. Há algumas semanas, e vou repetir num preâmbulo, no dia 13 passado, ouvíamos um empresário, presidente de um sindicato de empresários, falando sobre a coragem do governador Eduardo Leite ao apresentar um projeto na Assembleia Legislativa, quase que matando todos os servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, retirando direitos, a começar pelos dos professores – que todos nós sabemos a remuneração que têm. E aquele presidente dizia que foi corajoso o nosso governador, e que era para os deputados também serem corajosos, votando

favoravelmente aos projetos. Meus caros senhores e senhoras, aquele mesmo empresário que pediu, na Assembleia, que os deputados não ouvissem as corporações, as suas representações, como, por exemplo, vocês, ele esteve na Câmara com o seu sindicato e a sua diretoria, todas os dias, quando nós tratamos da revisão da planta do IPTU. Lá tem que aprovar, aqui não? Logo depois, dois dias depois, um deputado empresário disse que estava preocupadíssimo com o seu filho, uma criança, porque ele é dono da empresa e disse que precisava aprovar os projetos lá na Assembleia Legislativa, terminar com o direito dos servidores públicos – eu sou servidor –, porque ele estava preocupado com seu filho e tinha medo que seu filho pegasse a sua empresa e levasse para outro lado do rio Mampituba. Daí eu me apavorei: nós, servidores públicos, somos responsáveis pelo futuro dos filhos dos empresários endinheirados. Aí é para assustar, com um carro que vale R\$ 300 mil, R\$ 400 mil, preocupado com o futuro de seu filho.

Ontem, na Assembleia Legislativa, estava para ser votado o projeto que pretende mudar com as alíquotas da previdência social para o servidor público. Nós pagamos previdência social de 14%, a proposta do governo eleva a 19% – 5% a mais. Os deputados da Assembleia apresentaram emenda para elevar para 22%. Isso é crime! Isso é, sem nenhuma sombra de dúvida, confisco. Os deputados, deputados empresários, deputados a mando de empresário, deputados iludidos e deputados que não conhecem o assunto estão dizendo que a salvação da Pátria do Estado é terminar com os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada, e vai sobrar para vocês também daqui a pouco, porque tem que se preocupar com os filhos dos empresários, o futuro deles. Só benesses, e eles querem retirar direitos dos servidores para aumentar benefícios para os empresários, ou não? No mesmo momento em que o governador apresentou o projeto nove para terminar com o serviço público, ele apresentou um projeto de Refis, renegociação da dívida de sonegadores, devedores, empresários...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): ...a dívida dos empresários está chegando a 90% de desconto, e nós vamos pagar o pato sozinho. Não tem cabimento! A outra observação: agora a nobre deputada, ex-vereadora Any Ortiz, apresentou um projeto com mais dez assinaturas de deputados para retirar o nosso PPE, o nosso programa de produtividade da Fazenda do Estado. Eu sou aposentado da Fazenda do Estado, metade da minha remuneração é salário e a outra metade é PPE. A dona Any Ortiz, representando o empresariado da família dela, a começar pela família dela, agora pretende retirar 50% do nosso vencimento. E mais, o Sebastião Melo, que esteve aqui conosco, fez ontem uma confusão...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje. Eu agradeço aos meus colegas de bancada do PSOL, vereadores Roberto Robaina e Karen Santos, pela possibilidade de utilizar este momento em tempo de liderança do nosso partido.

Eu gostaria de fazer uma saudação especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras rodoviários que acompanham esta nossa tarde de discussões e votações. Muito obrigado por vocês estarem aqui tentando mostrar para esta Casa legislativa que o trabalho dos cobradores na cidade vai evitar que o nosso trânsito, que já é um horror, que já é uma catástrofe piore ainda mais, porque é isso que vai acontecer. Se o motorista foi obrigado a dar troco, a operar a plataforma elevatória de cadeirantes, a organizar o interior do coletivo, as viagens vão se estender por pelo menos mais um terço do tempo, parando vias importantes e causando enormes congestionamentos. Portanto, aqueles senhores e senhoras que estão nos acompanhando pela TV Câmara fiquem atentos: se a situação do trânsito já é ruim, ela vai se transformar em caótica caso a categoria dos cobradores de ônibus seja extinta na nossa cidade. (Palmas.) Eu comecei a fala justamente por esse ponto, porque poucas pessoas hoje conseguem ter a capacidade de se colocar no lugar dos outros. Então eu não vou falar que as famílias de vocês podem ficar desassistidas, que o desemprego está enorme, que a recolocação no mercado de trabalho atualmente é muito difícil e que isso vai gerar graves problemas sociais na nossa cidade. Não vou falar, não vou falar! Bom, já falei! Mas gostei de falar na parte do trânsito, porque todos sabem que o trânsito em Porto Alegre é um fiasco, não há inteligência na operacionalização do transporte público, na organização das linhas dos coletivos. Isso aqui é uma esculhambação geral, global. E, ao invés de a prefeitura se preocupar em como melhorar os modais de transporte e colocá-los em sintonia, apresenta um projeto, dizendo visar ao barateiro da passagem em R\$ 0,05 – tudo bem, desemprego por R\$ 0,05; são os pesos e as medidas, são as prioridades deste governo – acho bom a senhora e senhores lembrarem disso no ano que vem.

Eu gostaria também de fazer um pequeno comunicado, uma preocupação que começa a me martelar. Na semana passada, Ver. Idenir Cecchim, que me ouviu atentamente, votamos um projeto de lei para reestruturar as regras para eleição de diretores nas nossas escolas. Eu falo em nome da minha categoria, os professores municipais dessa cidade, dizendo que há uma preocupação muito grande porque as direções que foram eleitas acreditavam que seriam empossadas após a votação do projeto, a partir da sua emenda, Ver. Cecchim. E o secretário prorrogou recentemente os mandatos das atuais direções até fevereiro. Isso gerou um clima de grande insegurança dentro das nossas escolas. Eu gostaria então de deixar claro que os colegas professores, as colegas professoras, que estão lá nas escolas, terminando o ano letivo de 2019, estão num grande clima de insegurança, porque acreditaram que, a partir das discussões, das negociações e das emendas que vieram ao projeto, tivessem garantidas as posses das direções eleitas, ainda neste ano, mas o secretário de educação preferiu outro caminho.

Sinceramente, eu acredito que empossar uma nova direção, com um ano letivo iniciando, já iniciado, é um erro – isso vai gerar uma desorganização das nossas escolas. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h10min.)

* * * * *